

A originalidade do modelo de unificação dos estados europeus serviria de base para uma Europa como '*potência tranquila*' (p.56). O autor apresenta os objectivos da força militar desta nova potência: defender o território europeu contra toda e qualquer agressão; impedir qualquer tipo de confronto armado no interior do território europeu; reprimir, sob a ameaça de represálias, qualquer ataque proveniente de outra grande potência; intervir no resto do mundo como uma força militar rápida, a pedido de governos amigos ou para impedir um genocídio em curso; finalmente, prestar auxílio a um parceiro privilegiado da União quando atacado (p.56). Esta nova força teria que renunciar a pretensões imperialistas, nomeadamente, gerir os assuntos do mundo inteiro, o que não se traduz numa indiferença em relação a agressões e actos contra a humanidade mas na iniciativa, através de meios não militares; de derrubar governos criminosos, não confundindo '*os que nos desagradam com os que nos agrudem*'. Outra questão fundamental é não procurar se igualar à potência americana ou incluir na sua estratégia qualquer conflito militar com os Estados Unidos (p. 57).

Esta '*potência tranquila*' assentaria nos '*Valores Europeus*', que o autor analisa no capítulo seguinte. A Europa é apresentada como o '*velho*' continente que apreendeu, com a Segunda Guerra Mundial e com a Guerra Fria, o preço do imperialismo. Por outro lado, a unificação da Europa não colocou em causa a pluralidade que a caracteriza e, simultaneamente, não implicou a perda das identidades nacionais. Outra característica singular, em relação ao passado europeu, é a certeza actual que a guerra entre os países que formam a UE é '*inimaginável*' (p.62), resultado material das '*principais componentes do próprio modelo europeu*' (p.63), designadamente *Racionalidade, Justiça, Democracia, Liberdade individual, Laicidade e Tolerância* (pp.63-70).

Para se alcançar a condição de '*potência tranquila*', o autor defende a necessidade incontornável de alterar as instituições europeias, através de um conjunto de estratégias que apresenta no último capítulo – '*Adaptar as instituições*'. Um imperativo seria a conjugação e reforço dos orçamentos militares para criar uma força militar autónoma (p.71). De igual modo, e tendo em conta as diferenças entre os países, impõe-se a construção de uma nova Europa '*não a varias ve-*

locidades, mas em diversos círculos concêntricos' (p.72). O núcleo duro (círculo interior), constituído pelos países que consideram que os problemas quer de segurança, quer das relações extra-europeias lhe são comuns, unificariam as respectivas políticas externas e de defesa, tornando-se numa federação (p.72). O círculo concêntrico subsequente equivaleria ao actual modelo da UE, formando um espaço de unificação para a economia, a justiça, a polícia, a cultura e a educação e onde os membros poderiam optar pela adesão (ou não) à Federação (p.73). O terceiro círculo estende-se para fora da Europa, com o estabelecimento das fronteiras (pp.73-74).

Esta reestruturação implicaria o reforço das instituições centrais, nomeadamente pelo fortalecimento da democracia e da legitimação (por sufrágio) da chefia da União (p.74/75). O presidente da Europa, assistido pelos ministros da Defesa e do Exterior da Federação Europeia e pela Comissão que preside, teria poderes para formular as grandes linhas da política europeia. Os comissários deixariam de representar os estados membros, tendo como missão zelar pelo bem-estar europeu (p.75). O autor avança ainda uma ideia controversa: a necessidade da adopção de uma '*língua de trabalho única*', que seria o '*inglês internacional*' (p.76), e outra ideia, certamente, mais consensual: a instauração de um feriado, de uma '*feira da Europa*' (p.77).

Em última instância, um projecto possível e arrojado para o futuro.

Jacqueline Marques
Instituto Superior Miguel Torga

Robin Dunbar. 2006. A História do Homem. Título original: The Human Story. Londres: Faber. 2005. Tradução: Manuel Leite. Lisboa: Quetzal. 195 pp. ISBN 972-564-645-2.

A tradução portuguesa de *The Human Story* é um facto a assinalar. Tanto quanto julgo saber, nenhum livro de Robin Dunbar tinha ainda merecido a enorme distinção de ser publicado em Portugal (coisa que o deprimia brutalmente). Dunbar trabalha na Universidade de Liverpool e já publicou, entre

outros títulos, os muito recomendáveis *The Trouble with Science* (1996) e *Grooming, Gossip and the Evolution of Language* (1998). Há muito por onde pegar, mas o propósito de uma resenha é convidar o potencial leitor a interessar-se pelo livro. Assim, escolhamos bem as pagas.

A questão da linguagem é um bom ponto de Dunbar: a linguagem determina ou não a cultura? Se os chimpanzés têm linguagem, então têm cultura? Dunbar, navegando nas águas da biologia e psicologia evolucionárias, da antropologia e da primatologia, estabelece dois princípios: sim, os chimpanzés têm linguagem e sim, têm cultura. Macacos cultos? Nem tanto. Dunbar descreve a cultura simiesca como 'essencialmente material' (uma definição altamente discutível), mas também resume (p.159) centenas de milhares de horas de observação de comportamento cultural de chimpanzés e apenas 39 elementos culturais. Pode ser inovador para quem julga serem os humanos a deter o exclusivo cultural, mas é desoladoramente pouco para Dunbar.

O missing link é a teoria da mente, construção semi-teórica favorita de Dunbar. Os macacos podem comunicar comportamentos mas *não podem imaginar*. A cultura humana, a partir dos primeiros homínides superiores, fez-se pela intenção de despertar no outro uma imagem. Um chimpanzé não poderia nunca alcançar a imagem de Trakl: sou como *um veado azul sangrando baixinho na mata de espinhos*. A imaginação serve a Dunbar para estender a teoria da mente ao impacto da religião. Parafraseando a velha fórmula marxista – a religião é o ópio do povo – Dunbar consagra o sentimento de pertença ao grupo religioso como um poderoso cimento social: não só representamos o mundo como *nos representamos nele*. A vitória dos Cro-Magnons sobre os Neandertais deve-se, segundo Dunbar, à religião (p.182). Não explica muito bem como, mas dá a entender que os Cro-Magnons tinham um cérebro demasiado grande para necessitarem da religião... Agora a sério: o xamanismo dos primeiros caçadores-recolectores terá lançado as bases da hierarquização cultural dos primeiros grupos; mais tarde, as primeiras religiões terão solidificado a aderência às normas do grupo, tornado-o mais forte. Dunbar dixit.

Os estudos sobre a comunicação imaginativa como factor de solidificação de um

grupo não se restringem aos símios, nem aos humanos. Mark Bee (em *Behavioural Ecology and Sociobiology*, vol. 54, nº 6, Outubro 2003, pp.601-615) estudou o coaxar de uma espécie de sapo que exhibe uma forma de reconhecimento social, o que os biólogos baptizaram de *dear enemy effect*: baixo nível de agressividade para com os vizinhos, alto nível de agressividade para com machos errantes. As vocalizações destes sapos são tão específicas, do ponto de vista do *dear enemy effect*, que espécies de sapos aparentadas e territorialmente contíguas não as conseguem exibir. Especialização sim, mas nem tanto.

A linguagem, dizia Dunbar em *Grooming, Gossip and the Evolution of Language*, existe, essencialmente, para explicarmos o mundo à nossa volta. Nesse trabalho anterior, propunha que nos sentássemos numa mesa de um café de um centro comercial ou de um bar universitário. Exceptuando uma ou outra conversa técnica, o que ouviríamos seria essencialmente *gossip*: quem foi com quem, quem fez o quê a quem, etc. Do mesmo modo, fazendo a análise de conteúdo de jornais do mundo ocidental, encontramos sobretudo aquilo que ele designa como *human interest stories*: coisas que dizem exclusivamente respeito à vida das pessoas.

Dunbar rejeita a tese consensual, segundo a qual a linguagem evoluiu a partir da caça como actividade organizada. Craig Stanford (*The Hunting Apes*, Princeton 1999, edição portuguesa disponibilizada pela Bizâncio, 2000) é um bom exemplo dessa tese. Partindo do estudo de humanos e de primatas que caçam e comem carne – chimpanzés e macacos capuchinhos – regista que todos eles lideram o campeonato do volume cerebral. Stanford defende que estes primatas e os humanos tiveram que desenvolver capacidades cognitivas superiores, necessárias tanto à caça, como às tarefas de partilha a ela associada.

Dunbar começou a ser conhecido quando estabeleceu uma relação, nos primatas superiores, entre o tamanho do neocórtex e o tamanho do grupo social: quanto maior é o grupo, maior é o cérebro. Mais tarde, Dunbar estabeleceu que a dimensão média do grupo humano é de cerca de 150 pessoas. Ou seja, cada um de nós relaciona-se, em média, com outros 150 humanos (vizinhos, família, amigos, colegas de trabalho, etc). É por causa disto que Dunbar contesta, em *A História do Homem*, a tese que atribui à caça a causa do

desenvolvimento da linguagem (p.110 e ss). A caça, como hoje a construção civil ou a matemática, seria apenas um dos elementos da comunicação. Dunbar atribui à troca de informação acerca das nossas vidas pessoais – e necessariamente, sociais – a responsabilidade do bom funcionamento do grupo. Quanto mais social, mais falador; quanto mais falador, mais inteligente.

 O livro serve, sobretudo, como bom ponto

de partida para o cruzamento entre disciplinas amigas: a primatologia, a sociologia, a psicologia, a antropologia, a biologia. Esta tarefa ajudará o leitor – estudante, professor ou curioso inveterado - a escapar aos círculos dantescos de autarcia extrema em que, por vezes, vivem estas diferentes áreas.

Filipe Nunes Vicente

Instituto Superior Miguel Torga